



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

PROCESSO SELETIVO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS DO
QUADRO DE ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL SUPERIOR

CADERNO DE PROVA

Opção: **DIREITO**

Data: 17/09/2017

LEIA COM ATENÇÃO

PROVA

Além deste Caderno de Prova, contendo 40 (quarenta) questões objetivas, você receberá do fiscal de sala, uma folha destinada às respostas das questões objetivas (Folhas de Respostas) e uma Folha de Redação.

TEMPO

O tempo disponível para realização da prova, incluído o tempo para a marcação da Folha de Respostas e Folha de Redação, será 04(quatro) horas:

- Permanência mínima de 01 (uma) hora após o início da prova;
- O candidato poderá levar seu Caderno de Provas 30 (trinta) minutos antes do horário previsto para o término da prova.

É PROIBIDO

Folhear o Caderno de Provas antes da autorização do Fiscal;
Qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
Fazer uso dos sanitários, após o término da prova;
Sair do prédio de aplicação das provas portando a Folha de Respostas e Folha de Redação, documentos oficiais para avaliação.

INFORMAÇÕES GERAIS

- Só abra este caderno de provas após ler todas as instruções e, quando for autorizado pelo Fiscal de Sala;
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala, para que sejam tomadas as providências;
- Preencha seus dados pessoais no quadro abaixo;
- Autorizado o início da prova, verifique se este caderno contém 40 questões;
- Todas as questões desta prova são de múltipla escolha, apresentando como resposta uma alternativa;
- Assinale a resposta de cada questão no corpo da prova e, só depois, transfira os resultados para a Folha de Respostas;
- Confira, na sua Folha de Respostas e Folha de Redação, todos os seus dados impressos, nome, número de inscrição, documento de identidade e data de nascimento;
- Para marcar a Folha de Respostas, utilize caneta esferográfica de cor azul ou preta(material transparente). A marcação é definitiva, não admitindo rasuras e em nenhuma hipótese, ela será substituída;
- Não risque, não amasse, não dobre e não suje a Folha de Respostas, pois isso poderá prejudicá-lo;
- Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião, nem a prestar esclarecimentos sobre o conteúdo da prova, cabe exclusivamente ao candidato, interpretar e decidir;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída dos sanitários durante a realização da prova;
- Terá sua prova anulada e será automaticamente eliminado da seleção o candidato que fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição e/ou em qualquer outro meio, que não seja a prova ou a Folha de Respostas;
- Ao terminar a prova, o candidato entregará ao fiscal de sala, obrigatoriamente, sua Folha de Respostas e Folha de Redação.
- Os 03 (três) últimos candidatos ao terminarem as provas deverão permanecer juntos na sala de provas, sendo liberados somente após os três terem entregado o material utilizado e terem seus nomes registrados na Ata, além de coletadas suas respectivas assinaturas;
- Qualquer tentativa de fraude implicará imediata denúncia à autoridade competente, que tomará as medidas cabíveis com prisão em flagrante dos envolvidos.

NOME			
INSCRIÇÃO	SALA	IDENTIDADE	ORGAO/UF

REDAÇÃO

Redigir um texto dissertativo/argumentativo cujo tema seja “**Globalização implica Desenvolvimento social?**”

Os textos abaixo servem apenas como referência, não podendo, por isso ser reproduzidos, nem plagiados.

Texto 1

As análises da globalização devem levar em consideração o número de oportunidades econômicas, liberdades políticas e poderes sociais desfrutados pelos indivíduos (SEN, 2010). A existência de desigualdades inclui disparidades na riqueza e também assimetrias brutas no poder e nas oportunidades políticas, sociais e econômicas. Na perspectiva de Kliksberg e Sem (2010), a desigualdade crucial é a falta de liberdade na forma de privações de capacidades. A distribuição de fato dos benefícios da globalização depende, entre outras coisas, de uma variedade de arranjos institucionais, inclusive os que se referem ao comércio justo, iniciativas médicas, intercâmbios educacionais e culturais para a disseminação tecnológica, restrições ecológicas e ambientais, bem como o tratamento equitativo de dívidas acumuladas nos países em processo de desenvolvimento que foram, muitas vezes, contraídas no passado. Observou-se sob as óticas econômicas, políticas, sociais e culturais, a existência de conflitos de classes, graus de desigualdades de trocas e constante apropriação ou valoração de recursos econômicos em detrimento dos demais. [...]

www.revistas.pucsp.br acesso em 15/08/2017

Texto 2



“Entre os milhões de habitantes do nosso planeta aquela família se encontra em um baixíssimo nível de pobreza, semelhante ao de milhares de outras pessoas. Apesar de constituírem um grupo gigantesco, as condições de miséria em que se encontram lhes dão certa característica de anonimato. Estas passam a ser apenas mais algumas pessoas nas profundezas da sociedade moderna.

Esta característica de anonimato que lhes é atribuída exhibe uma ideia de que a existência desses personagens não faz diferença alguma, tirando em parte a importância de suas vidas.”

Acesso em 20/08/2017 - Comentário da charge do texto 2 de Allisson Tres e Patrícia

As redações serão avaliadas mediante os seguintes critérios

- Adequação ao tema;
- Atendimento à superestrutura do texto pedido;
- Emprego adequado dos mecanismos de coesão;
- Relevância de argumentos e de informações;
- Originalidade;
- Pleno domínio da variedade formal da língua portuguesa;
- Ter entre 20 e 30 linhas.

Observações: redações com fuga do tema, rasuras, sinais de identificação, termos chulos receberão nota zero. A fuga parcial implica diminuição da nota.

REDAÇÃO – RASCUNHO

TEMA DA REDAÇÃO:

“Globalização implica Desenvolvimento social?”

TÍTULO:

1

10

20

30

PROVA: Língua Portuguesa

Texto 1

Modernidade líquida: Bauman nos ajuda a entender

Podemos dizer que a modernidade líquida é a época atual. É o conjunto de relações e instituições, além de sua lógica de operações, que se impõe e que dão base para a contemporaneidade. É uma época de liquidez, de fluidez, de volatilidade, de incerteza e insegurança. É nesta época que toda a fixidez e todos os referenciais morais da época anterior, denominada pelo autor como modernidade sólida, são retiradas de palco para dar espaço à lógica do agora, do consumo, do gozo e da artificialidade.

Antes de Bauman criar o conceito de modernidade líquida, já Marx e Engels caracterizavam a modernidade como o processo histórico que derreteria todas as instituições de outras épocas, como a família, a comunidade tradicional (culturalmente peculiar e fechada para forasteiros) e a religião (vide a secularização dos Estados-nação no século XX). O objetivo do derretimento proposto pela modernidade era questionar cada ponto da vida, descartando a irracionalidade e a falta de justificativa plausível que cada objeto de crítica continha, mas mantendo ou realocando no projeto racional e iluminista suas características ainda aproveitáveis.

A destruição da modernidade, portanto era criativa, na medida em que desenraizava o velho e o enraizava no novo, o colocando em outra gama de relações. É este o mote de Zygmunt Bauman para entender que a configuração atual da modernidade é qualitativamente diferente daquela descrita acima e vigente até a década de 60 (que é tomada como marco simbólico da mudança de época que trataremos aqui). A modernidade líquida, nos dirá Bauman, é o momento em que os referenciais que possibilitavam o desenraizamento e reenraizamento do velho no novo são liquefeitos e, assim, perdidos.

Quando não há mais referenciais, a vida passa a ser entendida como projeto individual. E quais são esses referenciais? A classe, a religião, a família, a nacionalidade, a ideologia política, todos eles foram solapados por uma crescente tendência ao consumo, à transformação das relações sociais em mercadoria, portanto, da própria identidade em mercadoria. Isso pode ser visto principalmente no “processo de desregulamentação política, social e econômica que se manifesta na expansão livre dos mercados mundiais. No desengajamento coletivo e

esvaziamento do espaço público”, diz Tiago de Oliveira Fragoso. [...]

Nas relações pessoais, as conexões predominam. Conexão é o termo que Zygmunt Bauman usa para descrever as relações frágeis. A grande sacada desta palavra envolve a noção de que, em uma conexão, a vantagem não está só em ter várias conexões, mas, principalmente em conseguir desconectar sem grandes perdas ou custos. A relação frágil tem como pressuposto a transformação dos humanos em mercadorias que podem ser consumidas e jogadas no lixo a qualquer momento —a qualquer momento eles (os humanos) podem ser excluídos. A conexão é frágil porque o sujeito líquido lida com um mundo de consumo e opções, mas esse mundo nunca é objetivo e frio, ele ainda causa frustrações e, como, já dito, insegurança. O sujeito líquido não tem mais referenciais de ação: toda a autoridade de referência é colocada em si e é sua responsabilidade construir ou escolher normas a serem seguidas —tudo se passa como se tudo fosse uma questão de escolher a melhor opção, com melhores vantagens e, de preferência, nenhuma desvantagem. [...]

www.colunastortas.com.br acesso em 21/08/2017

Texto para as questões de 1 a 10

Questão 01

Analise as informações dos itens abaixo, sobre o texto em análise, em relação às características contidas, a fim de responder a esta questão

- I. Por ser apenas um texto de caráter descritivo, as palavras predominantes caracterizam-se pela concretude.
- II. Uma vez que possui, em seu todo, informações condizentes com aspectos da vivência humana, é um texto de aspecto filosófico.
- III. Visto que existe argumentação firme sobre o assunto abordado, pode-se afirmar que o texto é do tipo dissertativo argumentativo.
- IV. A evidência de palavras, em sua maioria, de aspecto abstrato, insere o pensar filosófico tanto de Bauman, quanto do comentarista.

Está(ão) corretos o(s) item(ns)

- a) Todos.
- b) Apenas três.
- c) Dois somente.
- d) Apenas um.
- e) Nenhum

Questão 02

Todas as ideias expostas nas alternativas abaixo contêm falhas quanto ao condizente no texto, à exceção de uma, assinale-a

- a) Antes de existir a terminologia de modernidade líquida, partidários do socialismo já abordavam sentido idêntico, quando se referiam ao processo de destruição de todas as instituições de outras épocas.
- b) Os filósofos partícipes desse tipo de modernidade pretendem não solapar todas as ideias anteriores, mas conservar aquelas referentes à fixidez do consumo.
- c) A criatividade, nas novas ideias, é ausente, uma vez que apenas existe uma similitude de metamorfose, pois os defensores da modernidade líquida possuem apenas uma fraca teoria.
- d) O texto, por ser do tipo chamado artigo, apresenta características preponderantes do tipo descritivo, com leves abordagens narrativas.
- e) Na construção do texto, inexistem elementos empregados no intuito de enfatizar a exposição seja do pensar do autor, seja das ideias de Bauman.

Questão 03

“Podemos dizer que a modernidade líquida é a época atual. É o conjunto de relações e instituições, além de sua lógica de operações, que se impõe e que dão base para a contemporaneidade. É uma época de liquidez, de fluidez, de volatilidade, de incerteza e insegurança. É nesta época que toda a fixidez e todos os referenciais morais da época anterior, denominada pelo autor como modernidade sólida, são retiradas de palco para dar espaço à lógica do agora, do consumo, do gozo e da artificialidade.” 1º§

Para responder a esta questão, deverão ser observados os recursos linguísticos em geral, incluindo fonologia, morfologia, sintaxe e semântica. Quanto a tais aspectos, a única alternativa correta é:

- a) Observa-se a não existência de elementos argumentativos e a presença de termos abstratos advindo daí, a precariedade das informações e a ausência de densidade.
- b) Percebe-se uma rica adjetivação, com ausência de concretude, por isso a metalinguagem empregada é perdida em meio à ilogidade existente.
- c) Nota-se que é um texto de caráter informativo, descritivo, com argumentação e dados pertinentes ao tema, contendo lógica e sendo coerente.

- d) Existe a ausência de elementos verbais que dinamizem o texto e com várias falhas no que diz respeito à autenticidade, devido à ambiguidade.
- e) Os acentos gráficos marcam palavras proparoxítonas, oxítonas e monossílabos tônicos acentuados de acordo com as regras ortográficas vigentes.

Questão 04

Analise o parágrafo quanto aos aspectos fonético, morfológico sintático e semântico a fim de responder a esta questão.

- I. Os vocábulos se encontram sem falha quanto à ortografia, quanto à morfologia, e quanto à sintaxe.
- II. As formas verbais apresentam-se todas elas em uma abordagem referente a um tempo pretérito.
- III. Os tempos, modos e todas as formas verbais se encontram redigidos de acordo com a variedade formal.
- IV. O autor do texto, apresenta ideias consentâneas, bem estruturadas com o intuito de explicitar o pensar do filósofo, focado por ele.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmação(ões)

- a) Apenas I, II, IV.
- b) Somente II e IV.
- c) III e IV apenas.
- d) Todas.
- e) Nenhuma.

Questão 05

Ainda em relação ao parágrafo um (1), observe os aspectos gramaticais em geral, a fim de poder marcar a alternativa correta.

- a) No excerto, existe um tipo de sujeito classificado como desinencial.
- b) O acento indicativo de crase se encontra empregado por ser uma locução adverbial.
- c) Caso fosse retirado o artigo em “toda a fixidez” o sentido continuaria o mesmo.
- d) Os verbos são todos indicativos de ação.
- e) A palavra “agora” em qualquer contexto é classificada com substantivo.

Questão 06

“A destruição da modernidade, portanto era criativa, na medida em que desenraizava o velho e o enraizava no novo, o colocando em outra gama de relações. É este o mote de Zygmunt Bauman para entender que a configuração atual da modernidade é qualitativamente diferente daquela descrita acima e vigente até a

década de 60 (que é tomada como marco simbólico da mudança de época que trataremos aqui). A modernidade líquida, nos dirá Bauman, é o momento em que os referenciais que possibilitavam o desenraizamento e reenraizamento do velho no novo são liquefeitos e, assim, perdidos.” 3º§

Identifique a única alternativa correta quanto aos elementos textuais presentes, quanto à fonética, à morfologia, à sintaxe e à semântica.

- a) No parágrafo, encontram-se três períodos formados por elementos relacionais apenas subordinativos.
- b) A presença de elementos antitéticos é utilizada para desencadear os argumentos elucidativos do autor.
- c) Os vocábulos pronominais empregados no parágrafo, todos exercem função sintática de termos acessórios.
- d) O emprego da toponímia pronominal se encontra dentro das normas da variedade formal da língua.
- e) A existência apenas de verbos indicadores de ação, portanto dinâmicos, torna o parágrafo concreto e conciso.

Questão 07

- I. Em “A destruição da modernidade, **portanto** era criativa...”, se, em lugar do termo destacado, for posto **por conseguinte** não haverá alteração de sentido, ou seja semântica.
- II. “...**na medida em que** desenraizava o velho...” a locução conjuntiva, poderá ser substituída e o sentido continuará o mesmo, caso seja usada a perífrase “**à proporção que**”.

Analisando os itens I e II, apenas poderá ser marcada corretamente a alternativa

- a) Ambos se encontram corretos.
- b) Os itens I e II estão completamente errados.
- c) Caso no item I seja feita a troca sugerida, haverá mudança de sentido.
- d) No item II, inexistente falha, pois razão e explicação se encontram corretas.
- e) O item I apresenta toda a explicitação correta.

Questão 08

“...para entender que a configuração atual da modernidade é qualitativamente diferente daquela descrita acima e vigente até a década de 60 (que é tomada como marco simbólico da mudança de época que trataremos aqui).”

Em relação ao trecho destacado, ponha V para o que for verdadeiro e F, para o falso.

- () Uma relação de finalidade se encontra presente no excerto.
- () Caso após a palavra **até**, fosse empregado o sinal indicativo de crase, não haveria erro.
- () Os “**quês**” existentes entre parênteses morfologicamente possuem idêntica classificação.
- () A existência de uma oração substantiva objetiva direta insere um valor semântico de complementação.

A alternativa correta é

- a) V, F, V, F.
- b) V, V, F, F.
- c) V, V, V, V.
- d) V, F, F, V.
- e) V, V, V, F.

Questão 09

“Quando não há mais referenciais, a vida passa a ser entendida como projeto individual. E quais são esses referenciais? A classe, a religião, a família, a nacionalidade, a ideologia política, todos eles foram solapados por uma crescente tendência ao consumo, à transformação das relações sociais em mercadoria, portanto, da própria identidade em mercadoria. Isso pode ser visto principalmente no “processo de desregulamentação política, social e econômica que se manifesta na expansão livre dos mercados mundiais. No desengajamento coletivo e esvaziamento do espaço público”, diz Tiago de Oliveira Fragoso. [...]” 4º§

Analise os aspectos gerais do excerto quanto à estrutura, à morfologia e à sintaxe.

- I. Nota-se a presença de elementos relacionais indicativos de adição, de tempo, de causa e de circunstância.
- II. Percebe-se que, dentre os verbos, há, no excerto, um classificado como de elocução.
- III. Existem sinais de pontuação empregados enfaticamente.
- IV. Trocando o termo “solapados” por “transformados”, não haveria diferença semântica.

Está(ão) correta(s) as assertivas

- a) I e II somente.
- b) Apenas I e III.
- c) I e IV apenas.
- d) Somente I, II e III.
- e) I, II, III e IV.

Questão 10

As alternativas todas se referem ao contexto do parágrafo analisado, no entanto existe somente uma correta, assinale-a.

- a) Existem várias espécies de retomadas, porém, no trecho, evidencia-se somente uma, que é nominal.
- b) Transformam-se, segundo o texto, as relações na sociedade e até a identidade do indivíduo, em mercadoria.
- c) A palavra “Isso”, sendo uma retomada, refere-se a termo empregado no início do parágrafo: isto é a “referenciais”.
- d) Há verbos empregados corretamente nas vozes ativa e reflexiva, ficando ausente apenas a voz passiva.
- e) Percebe-se, no primeiro período do excerto, uma falha quanto à sintaxe, pois há um erro quanto à concordância verbal.

PROVA: Direito Constitucional

Questão 11

O controle de constitucionalidade é a verificação da compatibilidade das leis ou atos normativos com a Constituição, assegurando sua supremacia. O modelo de controle de constitucionalidade, implantado pela Carta Magna de 1988, é um dos mais avançados do mundo. Sobre o tema, **não** podemos afirmar:

- a) Os tratados internacionais, quando incorporados ao sistema de Direito Positivo Interno, equiparam-se às leis ordinárias, submetendo-se ao controle difuso. Assim, preceitos extraídos de tratados, pactos, cartas, acordos, atos ou convênio, por se situarem no mesmo plano hierárquico das leis ordinárias, podem ser declarados inconstitucionais por qualquer juiz que reputá-los em antagonismo com a Lei Maior.
- b) Leis estrangeiras inconstitucionais sujeitam-se ao controle difuso.
- c) O controle difuso se revela instrumento juridicamente idôneo ao exame da constitucionalidade de leis ou atos normativos revogados.
- d) Quanto ao momento do controle de constitucionalidade têm-se os tipos Preventivo e Repressivo. O primeiro ocorre durante o processo legislativo e é realizado pelas Comissões de Permanentes de Constituição e Justiça e pelo próprio Plenário. Também se realiza nas esferas estadual, distrital e municipal por comissões das Assembleias Legislativas, Câmara Legislativa e Câmaras Municipais. O Repressivo tem, por finalidade, a exclusão de norma inconstitucional que já ingressou no ordenamento jurídico. Em regra, é função do Poder Judiciário o controle das leis ou atos normativos já editados, de modo concentrado ou difuso. Contudo, há também a previsão de controle repressivo pelo Poder Legislativo
- e) Pela chamada “cláusula de reserva de plenário”, somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.

Questão 12

No Brasil, os princípios fundamentais estão disciplinados na Constituição Federal nos artigos 1º ao 4º. São diretrizes político-constitucionais que expressam as decisões políticas fundamentais das quais derivam as demais normas, imprescindíveis à configuração do Estado, determinando-lhe o modo e a forma. Refletem os valores abrigados pelo ordenamento jurídico, espelhando a ideologia do

constituinte, os postulados básicos e os fins da sociedade.

Sobre o tema, julgue os itens abaixo e ponha (V) para o verdadeiro e (F) para falso a fim de poder responder a esta questão:

I – O Princípio do Estado Democrático de Direito reconhece a República Federativa do Brasil como uma ordem estatal justa, mantenedora das liberdades públicas e do regime democrático. Transmite a mensagem de que “Estado de Direito e Democracia” e “Democracia e Estado de Direito” não são ideias redundantes ou pleonásticas, porque inexistem dissociadas e veicula a ideia de que o Brasil não é um “Estado de Polícia” autoritário e avesso aos direitos e garantias fundamentais.

II – O Princípio da Soberania revela a qualidade máxima do poder. Trata-se de um conceito que não admite gradações. Do ponto de vista externo, o conceito impede que a República Federativa do Brasil fique subordinada a qualquer injunção internacional ou estrangeira que venha a cercear ou subjugar o direito interno do país. Do ponto de vista interno, a soberania interna engloba a capacidade de auto-organização, autogerenciamento e autogoverno, traduzindo a ideia de que é Estado brasileiro autoridade máxima – *summa potestas* – dentro do seu território. Nessa seara, pessoas físicas ou jurídicas, agrupamentos públicos ou privados, todos, sem exceção, devem-lhe obediência.

III – Conforme o princípio da indissolubilidade do vínculo federativo, a República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal (art. 1º da CF). Dentre as principais características de uma Federação, tem-se: a Descentralização política, significando dizer que os entes da federação possuem autonomia; a Repartição de competência que garante a autonomia entre os entes federativos, e assim, o equilíbrio da federação; a existência de uma Constituição rígida como base jurídica na qual as competências dos entes da federação estão estabelecidas, garantindo a distribuição de competências entre os entes autônomos; a Inexistência do direito de secessão, uma vez que não se permite o direito de algum ente da federação dela se retirar, sob pena de ver-se realizada uma intervenção federal.

IV – O Princípio da Cidadania credencia os cidadãos a exercerem prerrogativas e garantias constitucionais tais como propor ações populares, participar do processo de iniciativa de leis complementares e de leis ordinárias. Além disso, faculta, ao cidadão, participar da vida democrática brasileira. Por essa razão, conecta-se com a dignidade da pessoa humana, com a soberania popular, com as liberdades públicas e com os direitos políticos, direito à educação

e tantos outros. Na Constituição de 1988, a cidadania é, ao mesmo tempo, um status para o cidadão e um direito fundamental.

- a) V V V V.
- b) F F V V.
- c) F V V V.
- d) V F V F.
- e) F V F V.

Questão 13

Observando-se as diversas constituições em países e épocas diversas, identificam-se várias formas de apresentação. A doutrina tratou de classificá-las de diferentes maneiras, aspectos e enfoques. Sobre essa classificação, identifique a resposta **incorreta**:

- a) Quanto à origem, as constituições podem ser classificadas como promulgadas ou outorgadas. A primeira, fruto de uma Assembleia Nacional Constituinte, eleita pelo povo para esse fim. Resulta, portanto da vontade popular e são elaboradas por representantes eleitos pelos cidadãos. Outorgadas são aquelas elaboradas sem a participação popular. São impostas por uma pessoa ou um grupo que seja detentor do poder, a exemplo de um rei ou ditador.
- b) Classifica-se uma constituição como escrita quando possui textos constitucionais, não necessitando que esse texto esteja sistematizado em um texto único.
- c) Quanto à estabilidade, diz-se flexível a Constituição que pode ser alterada pelo processo legislativo ordinário, assim entendido aquele realizado para qualquer outra norma. Assim sendo, nesta classificação, uma lei ordinária contrária à Constituição a revogaria, uma vez que não haveria hierarquia entre a Constituição e as demais normas dentro do ordenamento jurídico do país que a adotasse.
- d) Chamam-se *Heteroconstituições* às constituições decretadas de fora do Estado que irão reger, ou seja, é uma constituição que passa da comunidade pré-estatal para o Estado e, portanto, não traduz a cultura, o pensamento, as ideias de uma nação unicamente. Trata-se de uma novação do ato constituinte e se liga à primitiva fonte e não ao valor vinculativo das normas. Embora incomuns, podem concretizar-se na vida constitucional dos Estados. Como exemplo, tem-se a Constituição da Espanha de 1808 e do Japão de 1946.
- e) Supremacia formal da constituição é a particular relação de superioridade a que estão submetidos os atos públicos e privados de um ordenamento. Está inteiramente baseada no *sentido jurídico* de constituição, encontrando-se unicamente presente em *constituições rígidas*. Diz respeito ao

fato desta ser a norma suprema sobre a qual estão formalmente fundamentadas todas as outras, determinando a validade dos atos públicos e privados. Supremacia material da constituição está relacionada à consciência constitucional. É uma supremacia sociológica que encontra fundamento na vida constitucional dos Estados. A supremacia *material* da constituição poderá estar presente inclusive em constituições costumeiras e flexíveis, posto que diz respeito à *rigidez socio-política* da constituição.

Questão 14

Nos termos do Art. 18 da Constituição Federal, a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição. A nova Constituição Federal garante, ao Distrito Federal, a natureza de ente federativo autônomo, em virtude da presença de sua tríplice capacidade de auto-organização, autogoverno e autoadministração (CF, arts. 1.º, 18, 32, 34). Sobre o tema, assinale a resposta **incorreta**.

- a) O Distrito Federal não é Estado-membro, tampouco município, contudo, possui, em regra, todas as competências legislativas e tributárias a estes reservadas, nos termos previstos na constituição.
- b) O Distrito Federal se auto-organizará por lei orgânica, votada em dois turnos com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços da Câmara Legislativa, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição. Igualmente, será regido pelas suas leis distritais, editadas no exercício de sua competência legislativa.
- c) A capacidade de autogoverno do Distrito Federal se expressa na eleição, pelo próprio povo do Distrito Federal, do governador e do Vice-governador, bem como de seus próprios Deputados Distritais, componentes do Poder Legislativo Local (Câmara Legislativa), todos para um mandato de quatro anos somente, observadas as regras constitucionais pertinentes.
- d) Em virtude da presença de sua tríplice capacidade de auto-organização, autogoverno e autoadministração, o Distrito Federal é o responsável por sua organização judiciária e administrativa, expressando assim sua autonomia como ente federado.
- e) A capacidade de autoadministração do Distrito Federal decorre da possibilidade do exercer suas competências administrativas, legislativas e tributárias constitucionalmente deferidas, sem qualquer ingerência da União.

Questão 15

Ao se estudar o processo legislativo, alguns conceitos importantes devem ser definidos, a exemplo da desconstitucionalização, recepção e repristinação. Sobre o tema, assinale a resposta correta:

- a) A Repristinação é nome técnico que se dá à manutenção em vigor, perante uma nova ordem jurídica, da Constituição anterior, que, porém, perde sua hierarquia constitucional para operar como legislação comum. Tal fenômeno não encontra acolhida em nosso sistema constitucional.
- b) A Desconstitucionalização consiste no acolhimento que uma nova constituição posta em vigor dá às leis e atos normativos editados sob a égide da Carta anterior, desde que compatíveis consigo. Tal fenômeno, além de receber materialmente as leis e atos normativos compatíveis com a nova Carta, também garante a sua adequação à nova sistemática legal (2).
- c) A substituição de uma constituição por outra implica a perda de eficácia da Carta primitiva. O mesmo não acontece, no entanto, com o restante das leis e atos normativos que, em regra, permanecem válidos, satisfeita uma única condição, qual seja, a de serem compatíveis com a nova ordem constitucional. As normas conflitantes, explícita ou implicitamente, retirar-se-ão do ordenamento jurídico, independentemente da espécie, uma vez que a criação de uma nova ordem jurídica exige o adequamento do restante do ordenamento jurídico.
- d) Revogação é o nome que se dá ao fenômeno que ocorre quando uma norma revogadora de outra anterior, que, por sua vez, tivesse revogado uma mais antiga, recoloca esta última novamente em estado de produção de efeitos. Esta restauração de eficácia é proibida em nosso Direito, em nome da segurança jurídica, salvo se houver expressa previsão da nova lei. A legislação que tenha perdido sua eficácia anteriormente à edição da nova Constituição Federal, não irá readquiri-la, com sua promulgação.
- e) As normas de direito produzidas estão sujeitas a desaparecerem no tempo. O instrumento do decurso de prazo, ainda vigente em nosso ordenamento, significa tornar sem efeito uma norma, retirando sua obrigatoriedade, o que só realizará por lei de igual hierarquia e será aplicável a todos os entes federados na aprovação de um projeto de lei.

Questão 16

Como Estado Federado, o Brasil está organizado sobre repartições de competência entre um governo nacional e os governos estaduais. Legislar concorrentemente é a possibilidade de uma ou mais entidades federativas legislarem sobre o mesmo assunto ou matéria. O art. 24 da Constituição Federal prevê as regras de competência concorrente entre União, Estados e Distrito Federal, estabelecendo quais as matérias que deverão ser regulamentadas de forma geral por aquela e específica por esses. A Constituição brasileira adotou a competência concorrente não cumulativa ou vertical, de forma que a competência da União está adstrita ao estabelecimento de normas gerais, devendo os Estados e Distrito Federal especificá-las, através de suas respectivas leis. É a chamada competência suplementar dos Estados-membros e Distrito Federal. Sobre o tema, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) O rol dos incisos destinados à competência concorrente é taxativo. No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.
- b) Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades, ou seja, a inércia da União em regulamentar as matérias constantes no art. 24 da Constituição Federal não impedirá, ao Estado-membro ou ao Distrito Federal, a regulamentação da disciplina constitucional.
- c) Em relação à inércia legislativa da União, em sede de competência concorrente, é pacífico o entendimento decidido que, enquanto não sobrevier a legislação de caráter nacional, é de admitir a existência de um espaço aberto à livre atuação normativa do Estado-membro. A competência plena adquirida pelos Estados ou Distrito Federal, contudo, será temporária, uma vez que, a qualquer tempo, poderá a União exercer sua competência, editando lei federal sobre as normas gerais.
- d) A doutrina divide a competência suplementar dos Estados-membros e do Distrito Federal em duas espécies: competência complementar e competência supletiva. A primeira aparecerá em virtude da inércia da União em editar a lei federal, quando então, os Estados e o Distrito Federal, temporariamente, adquirirão competência plena para edição das normas de caráter específico, uma vez que as de caráter geral são de competência exclusiva da União.

e) União, Estados e Distrito Federal legislarão concorrentemente sobre educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação.

PROVA: Direito Administrativo

Questão 17

Quanto aos atos administrativos, é possível dizer que estes podem, entre outras classificações, ser vinculados ou discricionários. Quanto ao tema, é correto afirmar que:

- a) Pelo fato de o ato administrativo discricionário conferir uma ampla margem de liberdade ao administrador competente, pode-se afirmar que estes não precisam ser motivados, em virtude da presunção de legitimidade dos atos administrativos.
- b) Quando a Administração se vê diante de conceitos jurídicos indeterminados dos quais só podem ser extraídos uma única solução válida diante do direito, não se pode afirmar que existe um ato administrativo discricionário, mas sim mera interpretação do sentido da norma.
- c) O ato vinculado, ou regrado, é aquele em que a lei não deixa opções para o administrador, estabelecendo que, diante de determinados requisitos, a administração deve agir de tal ou qual forma, razão pela qual não cabe anulação desse tipo de ato pela Administração Pública, apenas sua revogação, seja pela Administração Pública, seja pelo Poder Judiciário.
- d) Pode-se afirmar que, em atos administrativos discricionários, é encontrado o chamado mérito administrativo, que diz respeito à oportunidade e conveniência para a prática do ato, sendo, portanto, elemento do ato administrativo e passível de controle judicial.
- e) A fonte da discricionariedade do ato é a própria lei, razão pela qual a única hipótese em que haverá a citada discricionariedade é quando a lei expressamente a confere à Administração.

Questão 18

Os serviços públicos são uma das atividades típicas da Administração Pública, juntas, entre outras, com o Poder de Polícia e o Fomento. Sobre o conceito e elementos dos serviços públicos, podemos afirmar corretamente que:

- a) O Serviço Público, em sentido estrito, abarca todas as atividades da Administração Pública, com exclusão das atividades exercidas pelo Poder Judiciário e pelo Poder Legislativo.

- b) O serviço público pode ser classificado como administrativo, quando a Administração Pública os executa para atender às suas necessidades internas ou preparar outros serviços que serão prestados ao público.
- c) Uma das possíveis classificações dos serviços públicos os divide em exclusivos ou não exclusivos do Estado, sendo que os serviços não exclusivos do Estado são todos aqueles prestados por particulares, mediante autorização e controle estatal.
- d) Serviço Público pode ser conceituado como toda atividade material que a lei atribui ao Estado para que a exerça com exclusividade, com objetivo de satisfazer concretamente às necessidades coletivas.
- e) Quanto ao aspecto material do serviço público, este significa uma atividade de interesse público, que pode ser definida por Lei, pela Constituição Federal, ou mediante ato administrativo, tendo em vista que basta que o fato seja de interesse público, que é um conceito amplo, para que seja considerado, materialmente, como serviço público.

Questão 19

A descentralização e a desconcentração são formas de organização da Administração Pública, inerentes a um fiel cumprimento dos princípios constitucionais e de um efetivo serviço de interesse público. Acerca dos institutos de organização administrativa, considere:

- I. A descentralização administrativa pode ocorrer com a criação de uma pessoa jurídica, como ocorre, por exemplo, na criação de Territórios Federais.
- II. Descentralização administrativa é a forma de organização administrativa que, invariavelmente, ocasiona a criação de uma pessoa jurídica, à qual é transferida a titularidade e execução do serviço público.
- III. Ocorre desconcentração com a distribuição de competências de uma para outra pessoa jurídica, que, após tal processo, será denominada Órgão Público.

Esta(ão) correta(s):

- a) I.
- b) II.
- c) II e III.
- d) I e II.
- e) I e III.

Questão 20

Acerca da temática dos poderes administrativos, é **incorreto** afirmar que:

- a) O poder de polícia consiste na atividade do Estado que pode limitar o exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público.
- b) Pode-se afirmar que o poder disciplinar é discricionário, sendo, entretanto, limitada esta característica, pois a Administração não tem liberdade de escolha para averiguar ou não, tendo conhecimento, a falta praticada pelo servidor.
- c) Por ser um poder administrativo discricionário, o poder de polícia encontra limites somente no que concerne à competência para praticar o ato, à forma que o ato é praticado e aos fins da prática do ato.
- d) Decorre do poder hierárquico, a possibilidade de a administração anular e revogar seus atos, seja *ex officio*, seja mediante provocação.
- e) O poder regulamentar é aquele conferido ao Chefe do Executivo para que este edite normas complementares à lei, para sua fiel execução, bem como expeça decretos autônomos, observados os limites constitucionais.

PROVA: Direito Penal

Questão 21

Mariano, no dia em que completou dezoito anos, foi com seus amigos a um bar em comemoração a seu aniversário. Durante a comemoração, após ingerir cerca de duas doses de uísque e, por não ter se alimentado durante aquele dia, ele, apesar de não ter tido a intenção, entrou em estado de embriaguez completa, de modo que ficou inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito de atos que viesse a praticar. Na saída do bar, avistou seu amigo Pedro, sendo abordado por um policial em uma blitz enquanto dirigia. Com isso, e sem que Pedro consentisse, Mariano foi ao policial e lhe ofereceu quinhentos reais para que a abordagem fosse finalizada. Nesta situação hipotética, Mariano:

- a) Estará isento de pena, tendo em vista sua embriaguez completa.
- b) Será considerado inimputável, já que a maioria penal não ocorre no dia exato em que se completa dezoito anos, mas somente após o final deste.
- c) Praticou o crime de corrupção ativa, não sendo, nesta situação hipotética, isento de pena.
- d) Praticou o crime de advocacia administrativa, pois tentou, junto a funcionário público, patrocinar interesse do seu amigo Pedro.
- e) Caso o policial se recuse a aceitar o valor oferecido por Mariano, que não é inimputável nesta

situação, Mariano responderá por corrupção ativa tentada.

Questão 22

Considere que George, cidadão americano, estava de férias no Brasil, realizando uma excursão, em grupo, com diversos outros cidadãos de vários países. Uma das atividades prometidas pela companhia de turismo era uma viagem a ser realizada em um avião da Força Aérea Brasileira.

Durante a referida viagem, enquanto o avião sobrevoava território argentino, Maxwell, cidadão inglês, após intensa discussão com George, golpeia-o na cabeça com uma garrafa de vidro, ocasionando sua morte.

Nesta situação hipotética, a lei penal a ser aplicada será:

- a) A lei penal argentina, pois a conduta ocorreu em território argentino.
- b) A lei penal brasileira, tendo em vista o princípio da extraterritorialidade.
- c) A lei penal inglesa, por ser o país de origem de Maxwell, sujeito ativo do crime.
- d) A lei penal americana, por ser o país de origem de George, sujeito passivo do crime.
- e) A lei penal brasileira, tendo em vista o princípio da territorialidade.

Questão 23

Oscar, comerciante, esperava atendimento em uma longa fila de uma repartição pública federal quando avistou Iracema, sua amiga de infância e servidora daquela entidade. Pediu então para que pudesse ser atendido antes dos demais cidadãos que aguardavam na fila, no que Iracema, por ser muito amiga de Oscar, atendeu a seu pedido. Na situação hipotética narrada acima:

- a) Iracema cometeu o crime de prevaricação.
- b) Oscar cometeu o crime de corrupção ativa.
- c) Oscar e Iracema não praticaram nenhum crime, pois que a conduta praticada é atípica.
- d) Iracema cometeu o crime de corrupção passiva privilegiada.
- e) Oscar teria cometido corrupção ativa se, ao invés de pedir para ser atendido antes dos demais que aguardavam na fila, ele tivesse solicitado vantagem indevida para Iracema.

PROVA: Direito Civil

Questão 24

Leônidas firmou contrato com Letícia, por instrumento público, emprestando-lhe R\$ 30.000,00, os quais deveriam ser devolvidos em abril de 2020. Em março

de 2024, Leônidas faleceu, deixando apenas herdeiros maiores e capazes. Posteriormente, em janeiro de 2026, o espólio de Leônidas ajuizou ação de cobrança contra Letícia, que alegou estar prescrita a pretensão do espólio. Nesse caso, deverá o juiz:

- a) Não decretar a prescrição, tendo em vista que o prazo prescricional de dez anos ainda não se consumou.
- b) Decretar a prescrição, cujo prazo de três anos consumou-se, quando Leônidas ainda era vivo.
- c) Não decretar a prescrição, pois o prazo de cinco anos ainda não fora consumado, visto que este fora interrompido com a morte de Leônidas, voltando a correr, do início, contra seus sucessores.
- d) Decretar a prescrição, cujo prazo de cinco anos já fora consumado, visto que continuou a correr contra os sucessores de Leônidas.
- e) Não decretar a prescrição, pois em virtude do tipo de negócio firmado, esta só pode ocorrer enquanto as partes estão vivas, de modo a assegurar o direito dos herdeiros do credor.

Questão 25

Marcelo, em decorrência de um grave acidente automobilístico, ficou, permanentemente, sem conseguir exprimir sua vontade. Nesta situação, Marcelo, para o Código Civil, será considerado:

- a) Com personalidade relativa, visto que não poderá exercer, sozinho, todos os atos da vida civil.
- b) Possuidor de personalidade, porém sendo relativamente incapaz para os atos da vida civil.
- c) Possuidor de personalidade e absolutamente capaz de praticar todos os seus atos da vida civil.
- d) Possuidor de personalidade, sendo, entretanto, absolutamente incapaz para os atos da vida civil.
- e) Sem personalidade, sendo, portando, absolutamente incapaz para os atos da vida civil.

Questão 26

Uma piscina de elevadíssimo valor, construída em uma casa de veraneio e uma pedra preciosa, com formato e brilho únicos, exposta em um famoso museu, podem ser considerados, respectivamente:

- a) Um bem infungível e indivisível e uma benfeitoria voluptuária.
- b) Uma benfeitoria útil e um bem infungível e indivisível.
- c) Uma benfeitoria útil e um bem infungível, mas divisível.
- d) Uma benfeitoria voluptuária e um bem fungível e divisível.
- e) Uma benfeitoria voluptuária e um bem infungível e indivisível.

Questão 27

Dentre os elementos acidentais citados abaixo, só invalida o negócio jurídico que lhe são subordinados:

- a) O termo inicial.
- b) As condições resolutivas impossíveis.
- c) A condição de fazer coisa lícita.
- d) As condições contraditórias.
- e) As condições de não fazer coisa impossível.

Questão 28

Sobre a validade e modo de interpretação dos negócios jurídicos, pode-se afirmar corretamente que:

- a) Os negócios jurídicos deverão ser interpretados estritamente.
- b) O silêncio das partes sempre importará a anuência ao negócio jurídico.
- c) A incapacidade relativa de uma das partes só aproveitará aos cointeressados capazes se for indivisível o objeto do direito ou da obrigação comum.
- d) A impossibilidade inicial do objeto será sempre causa de invalidade do negócio jurídico.
- e) O negócio jurídico só deverá ser firmado por instrumento público quando a lei assim determinar, não podendo existir cláusula contratual que obrigue às partes firmarem, por tal instrumento, negócio que poderia ser firmado por instrumento particular.

PROVA: Direito Processual Civil

Questão 29

Aderbal, brasileiro domiciliado no Recife, Pernambuco, ingressou com uma ação judicial em face de Augusto, brasileiro, domiciliado em Londres, Inglaterra, não possuidor de nenhum bem imóvel situado no Brasil, que, ao apresentar sua contestação, propôs também reconvenção contra Aderbal, a fim de manifestar pretensão própria. Tendo em vista que nenhum dos dois preenche os pressupostos necessários à concessão do benefício de gratuidade da justiça, é correto afirmar que:

- a) Caso Aderbal renuncie à pretensão formulada, mesmo que parcialmente, ele deverá pagar, integralmente, as despesas e honorários advocatícios a Augusto e seu advogado.
- b) Por Augusto residir fora do Brasil e não possuir, neste país, bens imóveis, ele terá de prestar caução suficiente ao pagamento de custas e honorários advocatícios de Aderbal para poder propor a reconvenção.
- c) Se cada um dos litigantes for, em parte, vencedor e vencido, serão proporcionalmente distribuídas,

entre eles, as despesas, caso em que os honorários sucumbenciais deverão ser compensados entre as partes.

- d) Se o juiz do processo mencionado der causa, sem justo motivo, a alguma situação em que seja necessária a repetição de algum ato processual, ficarão a cargo desse juiz as despesas deste ato.
- e) Considerando que o juiz proferiu sentença de total procedência para Aderbal e de total improcedência para Augusto, fixando, nesta sentença, o pagamento, em favor do advogado de Aderbal, de honorários advocatícios no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), os juros moratórios sobre tais honorários incidirão a partir do despacho que ordenar a citação.

Questão 30

Considerando as regras sobre a capacidade das partes e procuradores no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) No processo civil, a herança jacente ou vacante será representada em juízo, ativa e passivamente, pelo inventariante e, quando este for dativo, serão necessariamente intimados para os atos do processo, os sucessores do falecido.
- b) Manoel, casado com Emília em comunhão universal de bens, contraiu, sozinho, uma dívida com o Banco Extensão, no valor de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), para que pudesse comprar um apartamento e lá residir com sua esposa. Na hipótese de esta dívida não ser paga, na ação proposta pelo Banco Extensão a fim de cobrar a citada dívida, terão de ser necessariamente citados, Manoel e Emília.
- c) Verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o juiz suspenderá o processo e designará prazo de 15 (quinze) dias para que seja sanado o vício. Descumprida a determinação e estando o processo em primeira instância, este será extinto, se a providência couber ao autor.
- d) Como forma de integração da capacidade processual, o juiz deverá nomear curador especial ao réu citado por edital ou com hora certa. Esta atividade de curatela especial será exercida pela Defensoria Pública.
- e) Salvo quando casados sob o regime de separação absoluta de bens, é indispensável a participação do cônjuge do autor ou do réu nas ações possessórias.

Questão 31

Berenice, idosa com 83 (oitenta e três) anos, que não possuía domicílio certo no Brasil, nem imóveis situados no país, decidiu fazer uma viagem à Europa, na qual visitaria sete países em dois meses. No

decorrer da viagem, em virtude de um acidente automobilístico, Berenice falece em Amsterdã, Holanda. Sabendo que Berenice possuía três filhos: Marcos, com 40 (quarenta) anos, domiciliado em Salvador, Bahia, Gilmar, com 47 (quarenta e sete) anos, também domiciliado em Salvador, Bahia e Alice, com 52 (cinquenta e dois) anos, domiciliada em Rio Branco, Acre, e, também, que Berenice possuía um único bem, um automóvel que se encontra em Belém, Pará, último local em que Berenice esteve no Brasil, a ação de inventário e partilha do espólio de Berenice deverá ser proposta em:

- a) Salvador, pois é o foro de domicílio da maioria dos sucessores.
- b) Amsterdã, Holanda, pois foi onde ocorreu o óbito de Berenice.
- c) No foro domicílio de qualquer dos sucessores de Berenice, ou seja, podem estes optar por propor a ação em Salvador ou em Rio Branco.
- d) Em qualquer foro, tendo em vista que Berenice não possuía domicílio certo no Brasil.
- e) Belém, pois é onde está situado o único bem do espólio.

Questão 32

A jurisdição pode ser entendida como a atuação estatal, visando à aplicação do direito objetivo ao caso concreto. Sobre esta temática, pode-se afirmar, corretamente que:

- a) O princípio da investidura diz respeito a uma forma de limitação do exercício legítimo da jurisdição, no sentido que esta só pode ser exercida dentro do território nacional.
- b) Pelo princípio da inafastabilidade, implícito no ordenamento jurídico brasileiro, qualquer interessado em provocar o Poder Judiciário em razão de lesão ou ameaça de lesão a direito poderá fazê-lo.
- c) Diferentemente do que ocorre na jurisdição contenciosa, na jurisdição voluntária, o juiz não é obrigado a observar o critério da legalidade estrita, podendo adotar em cada caso concreto a solução que reputar mais conveniente ou oportuna.
- d) O princípio da indelegabilidade pode ser visto pelo prisma externo ou interno. Da perspectiva externa, dá-se pelo fato de que o Brasil não pode delegar sua jurisdição ao Poder Judiciário de outros países. Já do ponto de vista interno, significa dizer que a função jurisdicional deve ser exercida pelo Poder Judiciário, e não pelos demais poderes.
- e) Uma das características da jurisdição é a inércia, que, por ser expressa no Código de Processo Civil, não pode apresentar exceções.

Questão 33

Em se tratando dos prazos no direito processual civil, é **incorreto** afirmar que:

- a) Na comarca, seção ou subseção judiciária, onde for difícil o transporte, o juiz poderá prorrogar os prazos por até dois meses, não cabendo nova prorrogação por nenhum motivo, em virtude do princípio da razoável duração do processo.
- b) Ao juiz, é vedado reduzir prazos peremptórios sem anuência das partes.
- c) Os prazos serão contados, excluindo o dia do começo e incluindo o dia do vencimento, salvo disposição em contrário.
- d) A parte, desde que o faça de maneira expressa, poderá renunciar ao prazo estabelecido exclusivamente em seu favor.
- e) Os prazos do juiz, considerados impróprios, poderão por este serem excedidos, em qualquer grau de jurisdição, por igual tempo, desde que haja motivo justificado.

Questão 34

Segundo o exposto no Código de Processo Civil, Lei nº 13.105 de 16 de março de 2015, haverá suspeição do juiz:

- a) Quando for herdeiro presuntivo, donatário ou empregador de qualquer das partes.
- b) Quando for sócio ou membro de direção ou de administração de pessoa jurídica parte no feito.
- c) Que assim se declarar, por motivo de foro íntimo, devendo fundamentar tal decisão em decorrência do princípio da fundamentação das decisões judiciais.
- d) Quando qualquer das partes como sua credora ou devedora, de seu cônjuge ou companheiro ou de parentes destes, em linha reta até o terceiro grau inclusive.
- e) Quando, no processo, participar cliente do escritório de advocacia de seu cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau inclusive, mesmo que patrocinado por advogado de outro escritório.

Questão 35

Com relação às nulidades processuais, analise as assertivas abaixo:

- I. Qualquer nulidade de ato processual deve ser alegada na primeira oportunidade em que couber à parte, falar nos autos, sob pena de preclusão.
- II. O erro de forma do processo acarreta unicamente a anulação dos atos que não possam ser aproveitados, devendo ser praticados os que forem

necessários a fim de se observarem as prescrições legais.

III. Será nulo o processo quando o membro do Ministério Público não for intimado a acompanhar o feito em que devia intervir. Esta nulidade, porém, só será decretada após manifestação do Ministério Público, que se manifestará sobre existência ou inexistência de prejuízo.

IV. Quando a lei prescrever determinada forma sob pena de nulidade, a decretação desta pode ser requerida por qualquer das partes.

Estão corretas apenas:

- a) I, II, III e IV.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) II e IV.
- e) II, III e IV.

Questão 36

Considere que Fátima ingressou com uma ação de alimentos contra seu pai, Jorge, na qual pleiteava um valor mensal de R\$ 2.000,00 (dois mil reais). Nesta situação hipotética, o valor da causa deverá ser:

- a) R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), correspondentes à soma de doze prestações mensais pedidas.
- b) R\$ 2.000,00 (dois mil reais), correspondentes ao valor pretendido na ação.
- c) R\$ 2.000,00 (dois mil reais), acrescidos da correção monetária, juros de mora vencidos e demais penalidades existentes até a propositura da ação.
- d) R\$ 12.000,00 (doze mil reais), correspondentes a seis meses da pensão alimentícia, pretendida por Fátima.
- e) R\$ 1.000,00 (hum mil reais), para efeitos meramente fiscais, tendo em vista que é uma obrigação de prestação continuada, de modo que não é possível estabelecer exato valor para a causa.

Questão 37

Sobre os recursos no Código de Processo Civil, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) Ao receber o recurso, incumbe ao relator, antes de considerá-lo inadmissível, conceder prazo de cinco dias ao recorrente para que seja sanado vício ou completada a documentação exigível.
- b) Caso o recorrente não comprove, no ato de interposição do recurso, o recolhimento do preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, será intimado, na pessoa de seu advogado, para

realizar o recolhimento em dobro, sob pena de deserção.

- c) Os recursos não impedem a eficácia da decisão, salvo disposição legal ou decisão judicial em sentido diverso.
- d) Na hipótese de interposição conjunta de recurso extraordinário e recurso especial, os autos serão remetidos ao Superior Tribunal de Justiça.
- e) Se o relator, no Superior Tribunal de Justiça, entender que o recurso especial versa sobre questão constitucional, deverá não conhecer do recurso e, após isso, abrir prazo para que o recorrente interponha o respectivo recurso extraordinário.

dos privilégios e garantias processuais a eles inerentes.

Questão 39

Determinado contribuinte de tributo sujeito a lançamento por homologação, deixou de pagá-lo e não sofreu nenhuma retenção na fonte pelos seus tomadores durante todo ano de 2011. Submetido à fiscalização em janeiro de 2016 e identificando a autoridade fiscal a falta de recolhimento e a inexistência de retenção, lavrou o documento de cobrança total do débito. Sobre a situação hipotética, assinale a resposta correta:

- a) Para o caso em comento, o *dies a quo* para contagem do prazo decadencial será a partir da ocorrência do fato gerador, próprio para os lançamentos por homologação, logo, ocorreu a decadência e o fisco não poderia ter realizado o lançamento.
- b) O fisco não agiu acertadamente ao realizar a cobrança administrativa, uma vez que já havia ocorrido a prescrição e a falta de recolhimento se configura como fraude.
- c) O fisco agiu acertadamente. Em se tratando de lançamento por homologação e na hipótese de não ter ocorrido o pagamento antecipado, não havia o que homologar, logo, o *dies a quo* para contagem do prazo decadencial passou a ser o primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetivado.
- d) O fisco errou ao realizar a cobrança, uma vez que, anteriormente à lavratura do documento que efetivou a cobrança, deveria ter notificado o contribuinte para formulação de sua defesa. A partir desta notificação, se iniciaria o *dies a quo* para contagem do prazo decadencial.
- e) O fisco agiu corretamente porque o crédito já havia sido constituído pela decadência.

PROVA: Direito Tributário

Questão 38

O Estado necessita arrecadar e para isso institui seus tributos. Para evitar que a tributação ocorra de forma desenfreada, nosso sistema tributário está norteado por definições constitucionais que delimitam o exercício do poder de tributar. A competência tributária é o poder de tributar do ente federativo, conferido pela [Constituição Federal](#). Sobre o tema, identifique abaixo a assertiva incorreta:

- a) A atribuição constitucional de competência tributária compreende a competência legislativa plena, ressalvadas as limitações contidas na Constituição Federal, nas Constituições dos Estados e nas Leis Orgânicas do Distrito Federal e dos Municípios.
- b) A Constituição Federal não cria tributos, apenas define quem poderá instituí-los, ficando a cargo de cada ente federado essa prerrogativa, contudo, as atribuições de cobrar e fiscalizar o tributo podem ser delegadas a outra pessoa jurídica de direito público.
- c) O exercício da competência tributária, ou seja, a instituição dos tributos que foram constitucionalmente outorgados, garante, ao ente federado, manter a sua autonomia, fazendo assim valer o pacto federativo.
- d) O não exercício da competência tributária não a defere à pessoa jurídica diversa daquela a que a Constituição a tenha atribuído. Não constitui delegação de competência o cometimento a pessoa de direito privado do encargo ou da função de arrecadar tributo. A pessoa de direito privado poderá arrecadá-los e repassá-los ao ente tributante.
- e) A competência tributária constitui a prerrogativa de atuar no polo ativo da relação tributária, conferindo, aos entes federados, os poderes para cobrar e fiscalizar tributos, além

Questão 40

O poder de tributar é a atribuição determinada ao poder tributante para criar, aumentar, diminuir, extinguir ou deixar de arrecadar o tributo de sua competência. Considerando esta atribuição constitucional, julgue os itens a seguir, marcando (V) para o verdadeiro e (F) para falso.

I – A imunidade pode ser considerada como limitação constitucional que suprime o poder de tributar do Estado. Por meio dela, a constituição impede que a lei de tributação inclua certos fatos na hipótese de incidência de impostos, ou seja, impõe uma regra negativa de competência.

II – A imunidade representa um favor fiscal e sua interpretação pode ser parcial. O poder tributante que recebeu a competência para instituir o imposto permite que determinada pessoa ou instituição seja parcialmente imune, a exemplo do que acontece com o imposto de renda em que, a depender do quanto a pessoa física ou jurídica aufera de renda, entrará no campo de incidência ou não. O ente federado renuncia ao direito de tributar, cabendo-lhe, por lei, estabelecer as limitações para o crédito existente.

III – A isenção consiste em uma situação que implica a exclusão do crédito tributário. O crédito tributário existe porque o fato gerador ocorreu. Tem previsão na lei ordinária do ente tributante que dispensa o recolhimento do tributo.

IV – Criada com a intenção de não onerar as unidades políticas da Federação, evitando que elas se transformem em contribuintes umas das outras, criou-se a imunidade recíproca. Através dela se impede a tributação, com impostos, sobre o patrimônio, rendas e serviços das entidades de direito constitucional, assim classificadas as pessoas de direito público interno expressamente nomeadas. A empresa pública, a sociedade de economia mista e outras entidades que explorem atividade econômica sujeitam-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive de Direito Tributário. Assim, pagam impostos e não são beneficiados pela imunidade.

V – Somente poderá conceder benefícios fiscais quem tem a competência tributária constitucional para criar o tributo. Tratando-se de concessão de subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relacionados a impostos, taxas e contribuições, tem-se que só poderão ser concedidos mediante instrumentos normativos específicos pertencentes à legislação tributária estadual, municipal e federal.

- a) V F V V F.
- b) F F V F F.
- c) V V V V F.
- d) F V F F F.
- e) V F F V F.